

# Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

## IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.37, n.9-10, setembro/outubro 2015

### sumário

- 1 A DOMINÂNCIA FISCAL E A CONTINUIDADE DOS EQUÍVOCOS  
Julio Takeshi Suzuki Júnior
- 3 OS ACORDOS AUTOMOTIVOS, VELHOS E NOVOS  
Guilherme Amorim
- 6 O FRACO DESEMPENHO DO BRASIL NO RANKING DE  
COMPETITIVIDADE GLOBAL  
Ana Silvia Martins Franco
- 9 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS  
Guilherme Amorim
- 11 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL**

SILVIO MAGALHÃES BARROS II - Secretário

**INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

*Diretor-Presidente*

EMILIO KENJI SHIBATA

*Diretor Administrativo-Financeiro*

DANIEL NOJIMA

*Diretor do Centro de Pesquisa*

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO

*Diretor do Centro Estadual de Estatística*

**ANÁLISE CONJUNTURAL**

GUILHERME AMORIM (*Editor*)

**Equipe**

ANA SILVIA MARTINS FRANCO (*Economista*)

MARINA MARUYAMA MORI (*Economista*)

**EDITORAÇÃO**

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão de texto*)

LÉIA RACHEL CASTELLAR (*editoração eletrônica*)

NATÁLIA VICENTE MONTANHA TEIXEIRA (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

# A DOMINÂNCIA FISCAL E A CONTINUIDADE DOS EQUÍVOCOS

Julio Takeshi Suzuki Júnior\*

A desfavorável condição conhecida como “dominância fiscal” tem sido um dos focos do debate econômico. Entendida como a ineficiência da política monetária no controle dos preços, dada a corrosão das finanças governamentais e, conseqüentemente, das expectativas dos agentes econômicos com o aumento dos juros, a dominância fiscal pode induzir um intenso processo inflacionário com o poder de aliviar as contas públicas, embora o saldo socioeconômico gerado seja inevitavelmente negativo, em virtude das elevadas perdas impostas principalmente à população sem acesso a mecanismos de correção de suas poupanças e proventos.

Enquanto alguns analistas já atribuem a evolução dos preços preponderantemente ao crítico quadro fiscal, outros argumentam que essa situação ainda não foi atingida. De forma propositiva, os primeiros, diante de alegados limites dos instrumentos monetários e restrições políticas ao ajuste fiscal, julgam necessária a utilização provisória de outras âncoras para o reequilíbrio macroeconômico, como a taxa de câmbio em regime de bandas, diferindo da opinião dos últimos, que ainda creem na efetividade da política de juros.

Diferenças de avaliação à parte, que dizem respeito ao estágio em que a deterioração econômica se encontra, é certo que as expectativas já incorporam alguma divergência entre as trajetórias da taxa básica de juros e dos preços, o que não deve ser interpretado como uma perspectiva positiva de redução real dos custos do crédito, mas como uma desconfiança quanto ao poder anti-inflacionário das medidas monetárias em uma condição grave das contas governamentais. Segundo levantamento do Banco Central, o mercado financeiro hoje está mais pessimista em relação ao IPCA do que há três meses, com a mediana das expectativas para o ano de 2016 subindo de 5,40% para 6,22% (tabela 1), o que deveria induzir elevação da projeção de curto prazo da taxa Selic, que, contrariamente, está estável há algum tempo em 14,25% para o final do presente exercício.

TABELA 1 - PROJEÇÕES DO IPCA E DA TAXA SELIC - BRASIL - 2015-2016

DATA DA REALIZAÇÃO DA PROJEÇÃO	VARIÇÃO PROJETADA (%) <sup>(1)</sup>	
	IPCA no Acumulado de 2016	Selic no Final de 2015
17/07/2015	5,40	14,50
31/07/2015	5,40	14,25
14/08/2015	5,44	14,25
28/08/2015	5,51	14,25
11/09/2015	5,64	14,25
25/09/2015	5,87	14,25
09/10/2015	6,05	14,25
23/10/2015	6,22	14,25

FONTE: BCB - Expectativas de Mercado

NOTA: Projeção do IPCA em período seguinte ao da Selic para uma avaliação *forward looking*.

(1) Mediana das expectativas.

Por isso, a raiz fiscal da crise econômica vem se tornando ainda mais evidente. Em 2014, com o registro do primeiro déficit primário desde 1998 e o aumento de 5,6 pontos percentuais da dívida bruta do governo geral como proporção do PIB, atingiu-se o ápice de um período de indisciplina na gestão das finanças públicas, cuja continuidade, infelizmente, é defendida por alguns analistas influentes, sob a alegação de ser a solução para as turbulências atuais.

\* Diretor-presidente do IPARDES.

Justificável em um breve intervalo posterior à eclosão da crise internacional, o forte expansionismo fiscal perdeu sentido já em 2010, quando a economia brasileira registrou crescimento de 7,6%, passando a ser construída, a partir desse momento em conjunto com uma leniente política monetária, a condição para os altos índices de inflação agora observados, como reflexo da assimetria entre demanda e oferta. Em outras palavras, os contrários à austeridade defendem uma estratégia que resultou no presente desequilíbrio, como se ela pudesse produzir, milagrosamente, resultados futuros favoráveis.

Ademais, deve-se considerar que os indicadores fiscais eram muito distintos no início da crise mundial, quando a situação requeria ações contracíclicas. Em janeiro de 2009, a dívida bruta correspondia a 56,9% do PIB e o superávit primário em doze meses acumulados alcançava 2,9%, também como proporção do total de bens e serviços produzidos pelo País. Em termos de inflação, contabilizava-se um IPCA acumulado de 5,8%, dentro da banda do regime de metas.

Atualmente, o endividamento e o déficit primário em doze meses atingem preocupantes 65,3% e 0,8% do PIB, respectivamente, com um IPCA três pontos percentuais acima do teto da meta, o que não deixa dúvida quanto à inviabilidade de uma “saída para frente”, defendida pelos eternos adeptos das soluções fáceis.

Como caminho a ser trilhado, sem deixar de reconhecer a validade de propostas como a ancoragem no câmbio, talvez necessária em caso de exacerbação inflacionária, devem ser buscados superávits primários suficientes para o controle da dívida e, conseqüentemente, a melhoria da percepção sobre o ambiente econômico, redundando em menor oscilação da taxa cambial e diminuição do risco mensurado pelos juros. Mais precisamente, gastos financeiros podem cair como derivação de melhores resultados em nível primário, por conta inclusive da mudança das expectativas, não bastando, para a redução dos encargos da dívida, o inconformismo e as boas intenções.

Para a obtenção dos citados superávits, à parte o curtíssimo prazo, com a volta da CPMF em pauta, são desejáveis medidas para a estabilização das despesas correntes não financeiras da União, que, excluindo as transferências aos entes subnacionais, saltaram de 14,3% para 15,6% do PIB somente nos últimos dez anos. Sem sombra de dúvida, tais ações penalizariam menos as empresas, os trabalhadores e os consumidores do que um forte aumento de tributos.

Nesse sentido, cabe colocar ainda que vem ocorrendo inversão dos diferenciais entre a trajetória da arrecadação e a evolução do PIB. De forma mais detalhada, no período 2008-2014 o aumento do produto econômico a preços correntes suplantou o crescimento da arrecadação de impostos e contribuições federais, igualmente em termos nominais, em cinco exercícios. Nos sete anos anteriores (2001-2007), a expansão do PIB foi superior apenas uma vez, sinalizando que um determinado adicional de arrecadação requerido exige, presentemente, incremento mais expressivo do nível de atividade, o que é dificultado pelo baixo produto potencial brasileiro, devendo ser considerado como mais um obstáculo em uma estratégia de ajuste pela via exclusiva do aumento de receitas.

Entre as causas dessa inversão, além das desonerações promovidas no período recente, envolvendo principalmente o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), destaca-se a positiva mudança, devido ao retorno social, da composição do PIB desde os anos 2000, com elevação da participação dos salários e diminuição do peso relativo do excedente operacional (observáveis nos resultados das Contas Nacionais pela ótica da renda), o que denota menor capacidade de geração de recursos tributários com um mesmo aumento do valor adicionado, tendo em vista a alta incidência de impostos e contribuições sobre as margens do setor produtivo. Enfatizando esse processo, a arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) apresentou crescimento nominal inferior ao do PIB no período 2008-2014, contrariamente aos sete anos anteriores, quando esses tributos superaram, com grande diferença, o produto econômico.

Em suma, indispensável para o início de um processo mais sólido de crescimento econômico, o ajuste das contas públicas deve privilegiar o lado da despesa, mesmo que os encaminhamentos emergenciais de curto prazo incluam o aumento das receitas, exigindo amplo diálogo com a sociedade.

O Brasil renovou acordos de comércio de automóveis e autopeças com Argentina, Uruguai e México, e negocia tratado desse gênero com Colômbia e Peru. A despeito de versarem sobre a mesma matéria, esses pactos são resultantes de processos distintos e suas aprovações geram expectativas díspares. Os acordos com os membros do Mercosul são não mais do que a ratificação do fracasso do bloco em efetivar a livre circulação de mercadorias entre seus países membros. A repactuação das transações com o México reflete, também, a falta de competitividade da indústria local. As tratativas concluídas em março protelaram o remate do sistema de cotas e a implantação da movimentação sem aplicação de tarifas. As negociações com Colômbia e Peru, ainda inconclusas, refletem o crescimento da demanda desses mercados e a necessidade de elevação da utilização da capacidade instalada por parte das montadoras brasileiras.

Todos esses acertos tarifários ocorrem em um período de revisão de estratégias por parte das companhias do setor e do governo federal. A indústria opera com custos crescentes e severa retração nas vendas. De acordo com a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), entre janeiro e setembro deste ano foram licenciados -33,3% de automóveis e -43,4% de comerciais leves, na comparação com o mesmo período de 2014, entre nacionais e importados. Nesse período, a produção apresentou quedas de 16,6% e 29,1%, respectivamente. A contração de rentabilidade das montadoras levou-as a buscar empréstimos junto às matrizes, para saldar obrigações de curto prazo. Levantamento realizado pela Ford indica que esse volume de recursos abarcou aproximadamente US\$ 3,3 bilhões no ano corrente, considerando-se o conjunto da indústria.

Segundo a Sondagem Industrial de setembro, pesquisa da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), a utilização de capacidade instalada no setor é, em média, de 56%. A série dessa sondagem inicia-se em 2011, com a presente metodologia. No mesmo mês do ano passado, esse índice alcançava 70% e chegou a 77% em agosto de 2011.

Do ponto de vista tributário, a desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) concedida a veículos automotores encerrou-se em 2014 e as alíquotas têm sido gradualmente recompostas. Para além disso, o Programa Inovar-Auto sobrevive porque as denúncias de União Europeia (UE) e Japão à Organização Mundial de Comércio (OMC), fundidas em um só caso, somente receberão parecer do comitê de investigação da entidade no final do próximo ano. O regime concede descontos de IPI como recompensa a investimentos e impõe parâmetros de nacionalização da produção – em desacordo com as regras da OMC. Após a divulgação desse julgamento, permite-se a qualquer parte envolvida recorrer a um painel de apelação. O processo de UE e Japão – do qual participam como partes interessadas Estados Unidos, China, Coreia do Sul e dez outros países – se prestará, dessa forma, apenas a evitar que o programa, autoextinguível em 2017, seja renovado.

Montadoras e seus sistemistas absorvem cerca de 60% das autopeças fabricadas no Brasil. A retração na produção local tem sido parcialmente compensada pelas vendas ao exterior, efeito da desvalorização do real. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), o setor exportou pouco menos que US\$ 1,8 bilhão nos três primeiros trimestres de 2015, montante 7,9% menor do que o registrado no mesmo período do ano passado. Uma vez que a taxa de juros efetiva real apresentou crescimento de 43,9% entre setembro do ano passado e o mesmo mês de 2015, a receita aferida internacionalmente tem sido, em reais, algo compensatória.

Dois previsíveis efeitos da mudança no patamar da paridade cambial fazem-se perceber no setor de autopeças. Por um lado, há a conquista ou reconquista de mercados externos – o crescimento das exportações desta indústria para Holanda, Peru e Uruguai,

\* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

ainda que incipiente, demonstra isso. Por outro, há um processo de substituição de elementos importados pelas montadoras. São desenvolvimentos que demandarão investimentos das empresas do setor, no sentido de diversificarem suas linhas de produção.

O mais problemático dos acordos é o firmado com a Argentina. Instituído em 1991, o Mercosul jamais realizou a pretensão de tornar-se uma União Aduaneira. Em junho deste ano, renovou-se o sistema de cotas que estabelece a relação de 1,5 dólar exportado para cada dólar importado da Argentina. Diante da retração da demanda em ambos os países, essa reedição – válida por um ano – adia o processo de liberalização para o próximo governo argentino, a ser eleito em novembro.

A situação tem se deteriorado com a limitada oferta de divisas a importadores, imposta pelo Banco Central argentino. Suas reservas depauperadas amontam cerca de US\$ 30 bilhões e a instituição deve quase US\$ 5 bilhões a empresas do setor automotivo. Uma vez que a importação de indústrias do ramo instaladas na Argentina é preponderantemente realizada de suas contrapartes brasileiras, o maior volume das dívidas contraídas é realizado intracompanhias. A interdependência entre plantas e a decrescente competitividade da indústria em outros mercados tornaram as aquisições argentinas essenciais na determinação do nível de atividade dessa cadeia produtiva. O País mantém-se como principal destino dos automóveis e veículos comerciais leves produzidos no Brasil. No biênio 2013-2014, respondeu por 76,0% do valor das exportações desses segmentos (tabela 1). Mesma proporção foi percebida nas vendas das montadoras estabelecidas no Paraná ao exterior.

TABELA 1 - EXPORTAÇÃO DE AUTOMÓVEIS - PARANÁ E BRASIL - 2003-2004 E 2013-2014

PAÍS	PARANÁ					
	2003-2004		2013-2014		Var. (%)	
	Unidades	US\$ (FOB)	Unidades	US\$ (FOB)	Unidades	US\$ (FOB)
Argentina	31.202	283.160.254	110.710	1.382.419.036	254,82	388,21
Uruguai	640	5.021.586	3.403	46.978.922	431,72	835,54
Colômbia	1.577	13.544.237	2.659	37.229.964	68,61	174,88
Peru	746	15.221.998	2.762	184.530.728	270,24	1.112,26
México	21.429	143.779.448	6.748	72.087.081	-68,51	-49,86
Outros	75.070	927.930.449	2.914	93.981.432	-96,12	-89,87
TOTAL	130.664	1.388.657.972	129.196	1.817.227.163	-1,12	30,86

  

PAÍS	BRASIL					
	2003-2004		2013-2014		Var. (%)	
	Unidades	US\$ (FOB)	Unidades	US\$ (FOB)	Unidades	US\$ (FOB)
Argentina	281.673	1.997.923.990	719.846	9.416.797.806	155,56	371,33
Uruguai	7.550	54.947.040	28.428	370.502.530	276,53	574,29
Colômbia	38.774	146.853.711	19.319	254.902.814	-50,18	73,58
Peru	4.171	51.479.002	10.296	338.649.114	146,85	557,84
México	411.572	2.585.807.312	85.748	804.397.543	-79,17	-68,89
Outros	390.026	2.964.332.800	76.508	1.199.383.882	-80,38	-59,54
TOTAL	1.133.766	7.801.343.855	940.145	12.384.633.689	-17,08	58,75

FONTE: MDIC/SECEX

NOTAS: Compreende os veículos automotores das posições 8703 e 8704, do Sistema Harmonizado (SH4).

Elaborado por IPARDES.

Ainda no âmbito do Mercosul, o acordo com o Uruguai, vigente até meados de 2016, possui complexa construção. Impõe parâmetros progressivos de utilização de componentes fabricados no Mercosul para isenção tarifária. Diante do dinamismo do mercado uruguaio e da intrincada estrutura do documento, um termo provisório foi acertado em agosto. Este expande os limites para vendas brasileiras até o final de 2015. Espera-se que um novo tratado seja realizado no início do próximo ano.

A tarifa imposta pelo Peru à importação de veículos, de 6%, é módica se comparada aos demais. Acordo já existente com o Brasil permite que a produção nacional recolha alíquota menor, de 2,8%. Esse entendimento prevê a extinção de cobrança a partir de 2019,

mas é possível que esse cronograma seja adiantado e os veículos brasileiros sejam isentados em 2016. A adesão do Peru à Parceria Transpacífica (TPP, na sigla em inglês), acordo comercial recentemente anunciado, tende a tornar a competição no país desvantajosa para os produtos nacionais, especialmente frente àqueles fabricados nos Estados Unidos, Japão e México, países dentre os 18 signatários.

No tocante ao acordo com a Colômbia, firmado em outubro, com vigência de oito anos e entendido pelas partes como embrião de tratado de liberalização mais abrangente, estabeleceu-se um sistema de cotas progressivas. No próximo ano, 12 mil veículos estarão passíveis de isenção. Essa cota será elevada para 20 mil unidades em 2017 e alcança 50 mil a partir de 2018. Presentemente, a produção brasileira paga tarifa de 16% *ad valorem*.

A Colômbia possui acordos do gênero com Estados Unidos, Coreia do Sul e UE. O país é, também, membro da Aliança do Pacífico – tratado que o reúne a Chile, México e Peru em bloco que pressupõe virtual eliminação de tarifas no comércio de bens a partir de 2017. Desse modo, a inserção nos mercados colombiano e peruano será árdua.

Para além dos tratados supracitados, há entendimento estabelecido com o México, renovado em novas bases em março deste ano. Vigente desde 2003, esse acordo ganhou força nesta década, ante a expansão do mercado brasileiro e a necessidade de diversificação de portfólio por parte de montadoras aqui estabelecidas. Frente à crescente competição, particularmente em nichos com maior rentabilidade, as companhias com plantas nos dois países viram em sua produção mexicana – preponderantemente voltada para a exportação para os Estados Unidos – profícua oportunidade de suprir a demanda local.

Em 2003, 81,7% do valor das exportações mexicanas de automóveis provinha das vendas para os Estados Unidos, de acordo com informações da UN Comtrade, serviço da Divisão de Estatísticas das Nações Unidas. Essa relação alcançava 97,3% no caso das exportações de comerciais leves. Naquele ano, o Brasil era destino de 0,14% dos automóveis exportados pelo México e não absorvia seus comerciais leves. Agregadas as duas categorias de veículos, a participação brasileira atingiu seu ápice em 2011, quando respondeu por 6,0% das exportações mexicanas.

Estimulada por isenções tributárias e proteção comercial, a indústria automobilística, autopeças inclusive, favoreceu-se de um ciclo de crescimento da massa salarial e de crédito que chegou ao fim. Sua recuperação não ocorrerá no curto prazo, amparada em movimentos do câmbio. A despeito de bizantino sistema tributário e débil infraestrutura, a indústria tem sido capaz de absorver e desenvolver tecnologia e conta com mão de obra qualificada. A segnicia diplomacia comercial brasileira, da qual se beneficiou parcialmente, tem sido timidamente alterada. Sua participação ativa no processo tem o potencial de inserir o País em cadeias internacionais de valor e de estender a apreciação da produtividade.

# O FRACO DESEMPENHO DO BRASIL NO RANKING DE COMPETITIVIDADE GLOBAL

Ana Sílvia Martins Franco\*

A mais recente publicação do Fórum Econômico Mundial (FEM), acerca do Relatório Global de Competitividade 2015-2016, mostra que o Brasil perdeu 18 posições no *ranking* de competitividade, ao passar da 57.<sup>a</sup> para a 75.<sup>a</sup> posição. O País apresentou a maior queda entre as 140 nações avaliadas e sua pior classificação desde que foi incluído no *ranking*. A pontuação atingida foi de 4,1, em uma escala que vai de 1 a 7.

Com esse resultado, o Brasil perdeu espaço para outras economias emergentes. O País passou a ser a sétima economia mais competitiva da América Latina, atrás de Chile (33.<sup>o</sup>) – que teve boa performance nos requisitos relacionados a eficiência dos mercados financeiros e prontidão tecnológica –, Costa Rica (51.<sup>o</sup>), México (61.<sup>o</sup>), Peru (65.<sup>o</sup>), Colômbia (66.<sup>o</sup>) e Uruguai (80.<sup>o</sup>). Entre os Brics, alcançou o pior desempenho, com China na 28.<sup>a</sup> colocação, Rússia na 53.<sup>a</sup>, África do Sul na 56.<sup>a</sup> e Índia na 71.<sup>a</sup>.

A Suíça lidera o *ranking* pelo sétimo ano consecutivo com características como liderança em inovação, desemprego estável, eficiência da educação e do mercado de trabalho.

No Brasil, a responsável pela coleta e análise de dados para o relatório é a Fundação Dom Cabral (FDC). Para compor a pontuação do indicador, são avaliados 12 pilares de competitividade, compreendidos em três subíndices, o de requisitos básicos, seguido pelo de potenciais de eficiência, e o de fatores de inovação e sofisticação.

Os pilares que integram a categoria de requisitos básicos são instituições, infraestrutura, ambiente macroeconômico, e saúde e educação primária. O grupo de potenciais de eficiência engloba ensino superior e treinamento, eficiência do mercado de bens, eficiência do mercado de trabalho, desenvolvimento do mercado financeiro, prontidão tecnológica e tamanho do mercado. Na esfera dos fatores de inovação e sofisticação, os pilares avaliados são sofisticação dos negócios e inovação.

De acordo com o relatório, o Brasil perdeu posição nos três subíndices e em 9 dos 12 pilares da competitividade. Na categoria de requerimentos básicos, caiu da 83.<sup>a</sup> para a 103.<sup>a</sup> classificação, sendo que o 1.<sup>o</sup> pilar, que engloba instituições, obteve a pontuação mais baixa (3,2) e queda bastante acentuada de posição, passando da 94.<sup>a</sup> para a 121.<sup>a</sup> no *ranking* (tabela 1). Esse declínio ocorreu especialmente por conta dos desvios de dinheiro público e falta de confiança nos políticos. O pilar 3, ambiente macroeconômico, despencou da 85.<sup>a</sup> para a 117.<sup>a</sup> colocação, principalmente por conta do déficit fiscal elevado e da inflação alta. O pilar 4, saúde e educação primária, recuou da 77.<sup>a</sup> para a 103.<sup>a</sup> posição, em razão da baixa qualidade e da redução de matrículas no ensino primário. O 2.<sup>o</sup> pilar, que abrange infraestrutura, apresentou pífia melhora, avançou do 76.<sup>o</sup> para o 74.<sup>o</sup> lugar, atribuído aos investimentos realizados em aeroportos, em virtude da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Em relação aos potenciais de eficiência, passou da 42.<sup>a</sup> classificação para a 55.<sup>a</sup>, com perda de posição em quatro dos seis pilares contemplados neste subíndice. A redução mais acentuada foi em ensino superior e treinamento, que foi da 41.<sup>a</sup> para a 93.<sup>a</sup> colocação. Os pilares eficiência do mercado de bens e eficiência do mercado de trabalho também influenciaram negativamente o índice. O pilar referente ao tamanho de mercado apresentou bons resultados, subiu da 9.<sup>a</sup> para a 7.<sup>a</sup> classificação, em consequência da boa avaliação no índice de tamanho do mercado doméstico e do índice de tamanho do mercado externo. Contudo, o Brasil ocupa o posto de economia mais fechada, além de ocupar a 138.<sup>a</sup> posição no quesito percentual de exportações em relação ao PIB.

\* Economista, técnica da equipe permanente desta publicação.

TABELA 1 - ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE GLOBAL 2015-2016 - BRASIL

PILARES DA COMPETITIVIDADE	CLASSIFICAÇÃO NO RANKING	PONTUAÇÃO (1-7)
Requerimentos Básicos (33,5%)	103	4,1
1.º pilar: Instituições	121	3,2
2.º pilar: Infraestrutura	74	3,9
3.º pilar: Ambiente Macroeconômico	117	4,0
4.º pilar: Saúde e Educação Primária	103	5,1
Potenciais de Eficiência (50,0%)	55	4,2
5.º pilar: Ensino Superior e Treinamento	93	3,8
6.º pilar: Eficiência do Mercado de Bens	128	3,7
7.º pilar: Eficiência do Mercado de Trabalho	122	3,7
8.º pilar: Desenvolvimento do Mercado Financeiro	58	4,0
9.º pilar: Prontidão Tecnológica	54	4,4
10.º pilar: Tamanho do Mercado	7	5,8
Fatores de Inovação e Sofisticação (16,5%)	64	3,6
11.º pilar: Sofisticação dos Negócios	56	4,1
12.º pilar: Inovação	84	3,2

FONTE: WORLD ECONOMIC FORUM

Na categoria fatores de inovação e sofisticação, o País foi do 56.º lugar para o 64.º. Tanto o pilar sofisticação dos negócios quanto inovação perderam posição, passando da 47.ª para a 56.ª posição e da 62.ª para a 84.ª, respectivamente.

Os empresários entrevistados na pesquisa apontaram que entre os principais problemas para fazer negócio no Brasil estão os impostos, seguidos por restrições trabalhistas, corrupção, infraestrutura inadequada e ineficiência e burocracia estatal (tabela 2).

TABELA 2 - PRINCIPAIS PROBLEMAS PARA FAZER NEGÓCIOS NO BRASIL

PRINCIPAIS PROBLEMAS	PERCENTUAL
Impostos	15,4
Restrições trabalhistas	13,5
Corrupção	12,2
Infraestrutura inadequada	12,2
Ineficiência e burocracia estatal	11,5
Complexidade tributária	9,5
Mão de obra sem qualificação	6,9
Acesso a crédito	6,0
Instabilidade política	4,9
Inflação	2,5
Baixa capacidade de inovação	2,0
Mão de obra pouco ética	1,2
Governo instável	1,0
Saúde pública precária	0,7
Criminalidade	0,4
Regulamentação do mercado de câmbio	0,2

FONTE: World Economic Forum e Fundação Dom Cabral

O resultado do Brasil no *ranking* de competitividade denota a baixa produtividade do País, além de suscitar insegurança para potenciais investidores. A difícil situação que o País atravessa gera impactos negativos diretos sobre a competitividade, especialmente pelo fraco desempenho econômico, com déficit fiscal alto e inflação elevada. Os escândalos de corrupção acarretaram a perda de confiança nas instituições, tanto as públicas quanto as privadas.

A Operação Lava Jato, que envolve o poder público, partidos políticos e a iniciativa privada, refletiu expressivamente no *ranking* e constatou-se a necessidade de aprimorar os níveis de governança e transparência nas empresas.

Existe grande possibilidade de o Brasil sofrer mais uma queda de competitividade no *ranking* no próximo ano, visto que a avaliação é realizada com base nos dados até maio. Desde então, a crise econômica só piorou, além do rebaixamento da nota do grau de investimento pelas agências de classificação de risco *Standard & Poor's* e *Fitch Ratings*.

Todavia, a perda de competitividade não deve se dar em todos os setores, as atividades inerentes à cadeia do agronegócio devem ser favorecidas. O País possui vantagens competitivas nesse ramo e o desenvolvimento de novas tecnologias o mantém apaniguado nesse segmento.

## AGROINDÚSTRIA

### Copacol expandirá produção de frangos e ração

A Copacol alocará R\$ 120 milhões na ampliação da capacidade de três plantas voltadas à produção de ração para animais. Estima-se que as unidades terão condições de processar volume 20% superior ao atual. As fábricas em questão estão localizadas nos municípios de Cafelândia e Nova Aurora (ambos da Região Oeste Paranaense).

A Copacol investirá, também, R\$ 270 milhões em frigorífico de abate de frangos em Ubitatã (Região Centro-Occidental do Estado). Esse estabelecimento, implantado em parceria com a Coagru, presentemente processa 180 mil aves diariamente. A expectativa é de que a ampliação torne-o capaz de abater 380 mil unidades por dia. A avicultura representa 60% do faturamento da Copacol, entidade que reúne aproximadamente 5.300 produtores. A cooperativa registrou faturamento de R\$ 2,5 bilhões no ano passado e avalia que, em 2015, esse atinja R\$ 2,8 bilhões.

FRIAS, Maria Cristina. Cooperativa amplia produção de ração e aves no PR. **Folha de S. Paulo**, 23 set. 2015. Mercado, p.A16.

### Inaugurada planta da Cooperativa Integrada em Andirá

A Cooperativa Integrada alocou cerca de R\$ 100 milhões na implantação de unidade de beneficiamento de milho em Andirá (Norte Pioneiro Paranaense). A planta possui capacidade de processar, anualmente, 360 mil toneladas de milho. A expectativa é de que esse potencial seja plenamente utilizado a partir de 2018. A unidade fabricará 25 derivados de milho, destinados não apenas à indústria de alimentos, mas também para a de bebidas e a de rações para animais.

Sediada em Londrina, na Região Norte Central, a Integrada reúne 8,3 mil cooperados. A entidade registrou faturamento de R\$ 1,9 bilhão em 2014 e espera que esse cresça ao menos 5% no ano corrente. Estima-se que a unidade de Andirá proveja receita de R\$ 200 milhões no próximo ano.

LOPES, Victor. Integrada inaugura nova indústria de processamento de milho. **Folha de Londrina**, 28 out. 2015. Economia & Negócios, p.4.

LOPES, Victor. Faturamento de R\$ 200 milhões já em 2016.. **Folha de Londrina**, 28 out. 2015. Economia & Negócios, p.4.

## INDÚSTRIA

### Angelus inaugura nova unidade em Londrina

A Angelus, fabricante de equipamentos para odontologia sediada em Londrina, inaugurou nova estrutura de produção no Parque Tecnológico de Londrina, onde está estabelecida. A unidade demandou investimento de R\$ 10,4 milhões e será destinada à produção de brocas carbides. Parte dos recursos necessários à implantação da nova linha foi financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A Angelus estima que o novo produto proporcione incremento de 20% na receita anual.

CHIBA, Mie Francine. Angelus inaugura nova fábrica com investimento de R\$ 10,4 mi. **Folha de Londrina**, 22 set. 2015. Economia & Negócios, p.1.

\* Elaborado com informações disponíveis entre 01/09/2015 e 30/10/2015.

\*\* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

## BNDES financia modernização de planta da FTP

Localizada em Campo Largo (Região Metropolitana de Curitiba), a fábrica de motores FTP Powertrain Technologies – pertencente ao grupo Fiat Chrysler – receberá empréstimo de R\$ 37,1 milhões, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para modernização de sua linha de produtos. O projeto da empresa prevê produção de novos modelos e implantação de novos procedimentos de controle de qualidade.

FÁBRICA da Fiat no Paraná vai receber R\$ 37 milhões do BNDES. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 09 out. 2015. p.19.

---

## Fábrica da Mars em Ponta Grossa

Empresa de capital estadunidense, a Mars alocará R\$ 140 milhões na instalação, no município de Ponta Grossa (Região Centro-Oriental Paranaense), de indústria de rações para cães e gatos. Esse projeto faz parte de investimentos estimados em R\$ 1 bilhão, a serem executados até 2020 em todas as suas operações no Brasil.

Além de rações para animais domésticos, a Mars fabrica alimentos e doces.

FABRICANTE do M&M'S vai construir unidade em Ponta Grossa. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 out. 2015. p.16.

---

## Romera implantará fábrica em Araçongas

Sediada em Araçongas, na Região Norte Central Paranaense, a rede varejista Romera implantará indústria de estofados e colchões nesse município. A linha de produção de estofados entrará em funcionamento em 2015 e a de colchões no início do próximo ano. Estima-se que serão fabricadas, anualmente, 12 mil unidades em cada linha. A companhia alocou cerca de R\$ 2 milhões na implantação da fábrica. A rede planeja, ainda, instalar unidades de produção de estofados no Mato Grosso do Sul e no Pará.

A Romera possui 209 estabelecimentos comerciais, sendo que 19 destes foram inaugurados no ano corrente. Estima-se que foram investidos R\$ 5 milhões nessas lojas.

BERTOLDI, Andréa. Dos móveis aos smartphones. **Folha de Londrina**, 12 out. 2015. Economia & Negócios, p.4.

ORGIS, Guido. Romera investe R\$ 2 mi em indústria de móveis. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 out. 2015. p.19.

---

## SERVIÇOS

### Compagas construirá gasoduto de Araucária a São Mateus do Sul

A Compagas investirá aproximadamente R\$ 230 milhões na construção de duto entre Araucária (Região Metropolitana de Curitiba) e São Mateus do Sul (Sudeste Paranaense). A companhia estima que a estrutura terá 156 quilômetros de extensão e que exigirá entre 30 e 36 meses para ser construída. O objetivo primário da Compagas é suprir a demanda por gás natural das indústrias localizadas ao longo deste duto.

A empresa atende, presentemente, cerca de 29,6 mil clientes através de rede de distribuição com 776 quilômetros. Em 2014, a Compagas registrou faturamento superior a R\$ 2 bilhões.

FRIAS, Maria Cristina. Distribuidora de gás do PR investe R\$ 230 mi em duto. **Folha de S. Paulo**, 24 set. 2015. Mercado, p.A20.

---

# ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1982-2015

continua

ANO	ARROZ			BATATA-INGLESA			CAFÉ		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1982	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961	303 000	96 000	317
1983	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396	440 000	354 000	805
1984	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368	424 000	252 000	594
1985	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760	424 000	318 000	750
1986	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284	422 825	120 000	284
1987	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202	430 000	510 000	1 186
1988	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227	505 581	114 000	226
1989	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673	493 324	267 039	541
1990	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933	426 391	156 702	368
1991	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698	383 355	201 922	527
1992	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561	296 000	108 000	365
1993	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315	230 000	100 000	435
1994	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286	184 351	81 990	445
1995	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413	13 750	7 350	535
1996	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542	134 000	67 000	500
1997	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666	127 895	109 630	858
1998	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143	128 127	135 707	1 060
1999	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687	136 642	141 813	1 038
2000	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789	142 118	132 435	932
2001	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191	63 304	28 299	447
2002	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518	129 313	139 088	1 076
2003	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950	126 349	117 274	928
2004	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783	117 376	152 260	1 297
2005	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263	106 303	86 417	813
2006	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727	100 973	139 376	1 380
2007	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972	97 623	103 698	1 062
2008	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519	96 804	157 882	1 631
2009	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716	85 315	87 655	1 027
2010	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184	82 831	138 963	1 678
2011	38 856	192 020	4 942	31 175	793 754	25 461	74 854	110 728	1 479
2012	35 035	177 841	5 076	29 182	746 480	25 580	66 811	90 614	1 356
2013	32 827	175 910	5 359	27 475	717 415	26 112	65 151	99 747	1 531
2014 <sup>(1)</sup>	29 581	158 840	5 370	30 041	832 428	27 710	33 366	33 633	1 008
2015 <sup>(1)</sup>	27 175	162 750	5 989	30 607	826 567	27 006	44 499	73 926	1 661

ANO	CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA			FEIJÃO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1982	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758	879 990	666 800	758
1983	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882	699 685	347 035	496
1984	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940	741 001	479 108	647
1985	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722	723 764	499 617	690
1986	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174	627 604	215 701	344
1987	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262	754 210	391 355	519
1988	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164	741 920	457 692	617
1989	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532	528 741	223 031	422
1990	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802	550 591	279 028	507
1991	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352	624 036	348 332	558
1992	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448	595 894	461 162	774
1993	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040	545 800	444 000	813
1994	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969	589 479	526 209	893
1995	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515	487 309	422 451	867
1996	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272	596 125	490 854	823
1997	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868	557 123	475 458	853
1998	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964	564 537	494 556	876
1999	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471	680 317	570 097	838
2000	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152	541 082	500 948	926
2001	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884	428 343	470 214	1 098
2002	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665	526 457	629 059	1 195
2003	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455	544 906	718 084	1 318
2004	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111	503 585	664 333	1 319
2005	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333	435 201	554 670	1 275
2006	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367	589 741	819 094	1 389
2007	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880	545 239	769 399	1 411
2008	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110	508 273	776 971	1 529
2009	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782	643 288	787 180	1 224
2010	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734	520 798	792 010	1 521
2011	645 088	49 846 477	77 301	51 062	194 441	3 812	521 196	815 280	1 564
2012	652 041	49 840 398	76 438	51 112	158 445	3 100	478 532	700 545	1 464
2013	663 336	49 486 416	74 602	46 422	191 624	4 128	484 568	673 783	1 390
2014 <sup>(1)</sup>	677 293	50 025 094	73 860	53 226	188 787	3 547	515 110	805 941	1 565
2015 <sup>(1)</sup>	672 623	51 254 675	76 201	51 343	206 918	4 030	405 913	712 054	1 754

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1982-2015

conclusão

ANO	FUMO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1982	17 510	30 000	1 713	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	19 130	29 250	1 529	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	19 474	34 844	1 789	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	19 150	35 980	1 879	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	18 300	27 914	1 525	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	23 150	40 800	1 762	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	22 520	44 482	1 975	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	22 827	41 972	1 839	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	22 502	40 315	1 792	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	22 865	41 494	1 815	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	31 085	61 000	1 962	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	35 364	67 141	1 899	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	32 768	63 027	1 923	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	32 588	52 638	1 615	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	34 446	59 529	1 728	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	41 163	74 493	1 810	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	38 624	57 273	1 483	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	36 116	68 076	1 885	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	33 910	64 548	1 904	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	34 736	68 594	1 975	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	41 890	82 303	1 965	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	53 292	100 768	1 891	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	67 128	134 100	1 998	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	78 890	153 126	1 941	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	83 602	155 533	1 860	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007	79 173	158 700	2 004	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068
2008	73 428	148 037	2 016	149 350	3 449 726	23 098	2 969 632	15 414 362	5 191
2009	75 774	151 063	1 994	175 709	4 200 910	23 908	2 783 036	11 159 845	4 010
2010	79 266	161 137	2 033	172 214	4 012 948	23 312	2 261 992	13 540 981	5 986
2011	80 211	171 837	2 142	184 263	4 179 245	22 688	2 470 694	12 441 626	5 036
2012	70 376	156 834	2 229	159 115	3 869 080	24 316	3 013 870	16 516 036	5 480
2013	70 901	157 997	2 228	156 797	3 774 184	24 071	3 031 691	17 353 450	5 724
2014 <sup>(1)</sup>	76 291	172 346	2 259	151 562	3 672 738	24 233	2 558 644	15 807 349	6 178
2015 <sup>(1)</sup>	78 167	183 528	2 348	156 411	4 226 667	27 023	2 467 164	15 947 038	6 464

ANO	SOJA			TOMATE			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1982	2 100 000	4 200 000	2 000	...	...	...	1 175 000	1 025 000	872
1983	2 022 000	4 315 000	2 134	...	...	...	898 265	1 066 000	1 187
1984	2 177 900	4 121 000	1 892	...	...	...	829 211	1 113 009	1 342
1985	2 196 370	4 413 000	2 009	...	...	...	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	1 745 000	2 600 000	1 490	...	...	...	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	1 718 000	3 810 000	2 218	...	...	...	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	2 123 379	4 771 264	2 247	...	...	...	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	2 399 993	5 031 297	2 096	...	...	...	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	2 267 638	4 649 752	2 050	1 359	54 297	39 954	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	1 972 538	3 531 216	1 790	1 494	62 054	41 535	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	1 794 000	3 417 000	1 905	1 400	58 287	41 634	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	2 076 000	4 817 000	2 320	1 464	62 605	42 763	696 000	1 023 000	1 470
1994	2 154 077	5 332 893	2 476	1 691	74 453	44 029	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 199 720	5 624 440	2 557	2 068	87 535	42 328	579 000	960 000	1 658
1996	2 392 000	6 448 800	2 696	2 815	121 508	43 164	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	2 551 651	6 582 273	2 580	2 238	89 937	40 186	899 024	1 629 226	1 812
1998	2 858 697	7 313 460	2 558	2 492	101 895	40 889	893 302	1 509 420	1 690
1999	2 786 857	7 752 472	2 782	2 457	105 552	42 960	707 518	1 446 782	2 045
2000	2 859 362	7 199 810	2 518	2 594	116 092	44 754	437 761	599 355	1 369
2001	2 821 906	8 628 469	3 058	3 032	137 509	45 353	873 465	1 840 114	2 107
2002	3 316 379	9 565 905	2 884	3 474	168 865	48 608	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	3 653 266	11 018 749	3 016	3 293	165 394	50 226	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	4 007 099	10 221 323	2 551	3 207	161 378	50 321	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	4 147 006	9 535 660	2 299	3 532	185 299	52 463	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	3 948 520	9 466 405	2 397	3 479	180 014	51 743	762 339	1 204 747	1 580
2007	4 001 443	11 882 704	2 970	4 719	310 338	65 764	820 948	1 863 716	2 270
2008	3 967 764	11 764 466	2 965	4 667	289 630	62 059	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	4 077 142	9 410 791	2 308	4 804	300 716	62 597	1 308 782	2 482 647	1 916
2010	4 479 869	14 091 821	3 146	5 025	312 319	62 153	1 172 860	3 419 293	2 916
2011	4 555 312	15 457 911	3 393	5 715	347 528	60 810	1 053 924	2 427 721	2 381
2012	4 454 655	10 924 321	2 452	5 585	338 488	60 607	782 308	2 107 665	2 694
2013	4 754 076	15 924 318	3 350	4 965	285 176	57 437	1 000 099	1 886 948	1 887
2014 <sup>(1)</sup>	5 011 446	14 783 712	2 950	4 792	287 161	59 925	1 388 548	3 792 262	2 731
2015 <sup>(1)</sup>	5 244 650	17 263 178	3 292	4 423	263 113	59 487	1 335 678	3 606 878	2 700

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2015

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459
1998	854 517	236 358	193 435
1999	957 237	198 873	229 466
2000	1 041 412	181 113	235 315
2001	1 121 828	197 985	263 451
2002	1 235 681	219 350	333 951
2003	1 344 398	219 774	359 139
2004	1 557 656	276 808	340 645
2005	1 788 481	308 947	367 765
2006	1 856 538	316 897	390 394
2007	2 057 318	295 010	437 152
2008	2 480 908	279 609	454 340
2009	2 489 061	282 220	509 156
2010	2 725 634	338 599	531 514
2011	2 868 973	279 585	629 586
2012	3 033 270	314 986	623 822
2013	3 379 689	333 180	606 446
2014 <sup>(1)</sup>	3 651 564	336 996	611 183
Janeiro	311 431	24 523	47 513
Fevereiro	288 778	24 479	44 661
Março	291 177	24 778	47 834
Abril	294 354	27 509	51 181
Maio	310 240	30 235	54 339
Junho	279 793	28 933	51 017
Julho	321 628	30 429	56 571
Agosto	298 737	29 042	52 441
Setembro	308 489	30 971	52 154
Outubro	328 427	30 375	53 541
Novembro	305 165	26 359	50 117
Dezembro	313 345	29 331	49 813
2015 <sup>(1)</sup>	1 954 303	140 630	331 585
Janeiro	318 585	22 882	51 620
Fevereiro	279 430	19 611	44 754
Março	349 135	22 862	58 679
Abril	329 529	24 684	58 578
Maio	339 909	24 316	58 895
Junho	337 715	26 276	59 058

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2015

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010	5 983 154	42,21	1 800 373	12,70	6 121 489	43,18	270 994	1,91	14 176 010
2011	7 952 480	45,72	2 410 778	13,86	6 645 958	38,21	385 059	2,21	17 394 275
2012	8 356 708	47,19	2 274 620	12,84	6 748 089	38,10	330 174	1,86	17 709 591
2013	9 068 374	49,72	2 099 371	11,51	6 817 117	37,38	254 339	1,39	18 239 202
2014 <sup>(1)</sup>	8 304 081	50,85	1 955 979	11,98	5 819 271	35,63	252 789	1,55	16 332 120
Janeiro	345 047	38,15	125 860	13,91	419 153	46,34	14 480	1,60	904 540
Fevereiro	686 347	52,27	91 161	6,94	513 828	39,13	21 851	1,66	1 313 187
Março	868 742	58,46	130 557	8,79	464 217	31,24	22 530	1,52	1 486 046
Abril	1 112 957	66,59	92 703	5,55	439 878	26,32	25 883	1,55	1 671 422
Maio	904 377	57,94	169 846	10,88	464 109	29,73	22 629	1,45	1 560 961
Junho	796 409	54,63	175 907	12,07	462 485	31,73	22 925	1,57	1 457 726
Julho	865 851	52,28	217 854	13,15	545 354	32,93	27 001	1,63	1 656 060
Agosto	772 531	51,30	229 046	15,21	474 976	31,54	29 245	1,94	1 505 798
Setembro	650 777	48,99	195 638	14,73	463 700	34,91	18 152	1,37	1 328 267
Outubro	497 613	39,90	213 169	17,09	520 139	41,70	16 370	1,31	1 247 290
Novembro	439 804	37,61	198 259	16,96	510 088	43,63	21 077	1,80	1 169 228
Dezembro	363 625	35,25	115 981	11,24	541 344	52,48	10 646	1,03	1 031 595
2015 <sup>(1)</sup>	6 166 567	53,20	1 234 972	10,65	4 044 134	34,89	145 271	1,25	11 590 944
Janeiro	346 967	38,39	175 372	19,40	370 220	40,96	11 343	1,25	903 902
Fevereiro	362 693	42,54	82 833	9,72	396 223	46,47	10 866	1,27	852 614
Março	679 033	54,44	81 296	6,52	471 656	37,82	15 273	1,22	1 247 258
Abril	836 330	60,46	91 827	6,64	437 100	31,60	17 972	1,30	1 383 229
Maio	677 287	54,06	132 889	10,61	427 685	34,13	15 087	1,20	1 252 947
Junho	945 529	55,49	178 702	10,49	556 352	32,65	23 404	1,37	1 703 988
Julho	895 131	58,22	151 773	9,87	467 683	30,42	22 850	1,49	1 537 437
Agosto	783 815	55,37	170 353	12,03	448 751	31,70	12 795	0,90	1 415 715
Setembro	639 782	49,45	169 927	13,13	468 464	36,21	15 681	1,21	1 293 854

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2015

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 149	33 078 690	10 466 459
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 282	49 971 896	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 733	1 811 172	47 746 728	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 546 619	52 982 726	59 747 227	- 6 764 501
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 659	3 699 490	233 169	48 012 790	49 301 558	- 1 288 768
2000	4 394 162	4 686 229	- 292 067	55 118 920	55 850 663	- 731 743
2001	5 320 211	4 928 952	391 259	58 286 593	55 601 758	2 684 835
2002	5 703 081	3 333 392	2 369 689	60 438 653	47 242 654	13 195 999
2003	7 157 853	3 486 051	3 671 802	73 203 222	48 325 567	24 877 655
2004	9 405 026	4 026 146	5 378 879	96 677 499	62 835 616	33 841 883
2005	10 033 533	4 527 237	5 506 296	118 529 185	73 600 376	44 928 809
2006	10 016 338	5 977 971	4 038 367	137 807 470	91 350 840	46 456 429
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010	14 176 010	13 956 957	219 054	201 915 285	181 768 427	20 146 858
2011	17 394 228	18 767 763	- 1 373 534	256 039 575	226 246 756	29 792 819
2012	17 709 591	19 387 794	- 1 678 203	242 578 014	223 183 477	19 394 537
2013	18 239 202	19 345 381	- 1 106 178	242 033 575	239 747 516	2 286 059
2014 <sup>(1)</sup>	16 332 120	17 293 735	- 961 614	225 100 885	229 060 058	- 3 959 173
Janeiro	904 540	1 217 025	- 312 485	16 026 191	20 094 436	- 4 058 245
Fevereiro	1 313 187	1 304 130	9 057	15 933 832	18 062 419	- 2 128 587
Março	1 486 046	1 419 577	66 470	17 627 934	17 514 153	113 781
Abril	1 671 422	1 425 220	246 202	19 723 926	19 217 814	506 112
Maio	1 560 961	1 645 847	- 84 886	20 752 084	20 042 592	709 492
Junho	1 457 726	1 306 954	150 772	20 466 916	18 116 292	2 350 624
Julho	1 656 060	1 914 189	- 258 129	23 024 072	21 452 431	1 571 642
Agosto	1 505 798	1 414 218	91 581	20 463 308	19 301 759	1 162 548
Setembro	1 328 267	1 615 209	- 286 943	19 616 605	20 556 787	- 940 182
Outubro	1 247 290	1 217 468	29 821	18 329 650	19 507 029	- 1 177 380
Novembro	1 169 228	1 597 844	- 428 616	15 645 630	17 996 623	- 2 350 993
Dezembro	1 031 595	1 216 054	- 184 459	17 490 737	17 197 722	293 015
2015 <sup>(1)</sup>	11 590 944	9 856 781	1 734 163	144 495 742	134 247 524	10 248 218
Janeiro	903 902	1 056 033	- 152 131	13 704 045	16 873 663	- 3 169 618
Fevereiro	852 614	1 033 042	- 180 428	12 092 231	14 931 929	- 2 839 699
Março	1 247 258	1 126 997	120 260	16 978 969	16 519 562	459 406
Abril	1 383 229	1 043 211	340 018	15 156 275	14 665 902	490 373
Maio	1 252 947	1 077 242	175 705	16 769 183	14 009 505	2 759 678
Junho	1 703 988	1 236 999	466 989	19 628 438	15 101 478	4 526 961
Julho	1 537 437	1 172 766	364 671	18 533 066	16 146 603	2 386 463
Agosto	1 415 715	1 020 143	395 572	15 485 353	12 795 190	2 690 163
Setembro	1 293 854	1 090 347	203 507	16 148 183	13 203 691	2 944 492

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2015

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)																
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Jan./14	Fev./14
Combustíveis e lubrificantes	91,7	94,1	110,2	117,5	122,0	119,4	99,8	102,4	104,7	103,5	104,1	100,00	108,0	120,8	127,2	120,8	120,5
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	78,9	77,1	72,7	70,2	78,3	72,8	77,2	82,3	85,5	89,2	94,3	100,00	110,2	116,6	120,3	129,8	109,3
Hipermercados e supermercados	79,1	77,7	73,5	71,1	79,3	73,1	77,5	82,6	85,6	89,4	94,4	100,00	110,6	116,9	120,7	130,8	109,4
Tecidos, vestuário e calçados	89,7	90,7	79,8	83,3	89,4	90,2	88,9	93,5	97,7	97,1	101,8	100,00	106,2	106,4	106,4	94,7	83,1
Móveis e eletrodomésticos	37,3	35,6	35,0	37,4	48,4	54,8	59,5	66,9	73,5	73,8	85,6	100,00	107,3	111,9	108,4	124,2	97,4
Móveis	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	100,00	107,3	103,3	97,1	109,1	86,4
Eletrodomésticos	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	100,00	109,2	120,4	118,2	137,1	106,8
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	...	...	...	...	41,5	45,7	48,5	51,3	58,3	72,0	85,9	100,00	120,6	133,9	140,5	130,1	124,1
Livros, jornais, revistas e papeleria	...	...	...	...	70,7	70,7	68,0	70,9	80,6	88,5	102,2	100,00	96,6	104,9	83,8	146,4	105,6
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	...	...	...	...	6,4	11,3	17,1	22,0	43,8	69,7	95,4	100,00	92,4	85,3	70,9	58,0	62,9
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	...	...	...	...	41,9	47,8	55,5	60,6	71,3	79,1	91,7	100,00	120,6	131,5	141,0	128,9	113,3
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	63,0	62,4	62,0	62,6	69,6	68,9	71,0	76,0	81,3	85,6	93,5	100,00	110,0	116,9	119,7	123,5	107,2

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)																		
	Mar./14	Abr./14	Mai/14	Jun./14	Jul./14	Ago./14	Set./14	Out./14	Nov./14	Dez./14	2015	Jan./15	Fev./15	Mar./15	Abr./15	Mai/15	Jun./15	Jul./15	Ago./15
Combustíveis e lubrificantes	124,5	120,7	127,7	119,2	133,4	131,8	126,3	138,4	132,4	130,3	125,9	130,7	109,1	128,9	124,6	129,2	124,4	130,0	130,2
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	117,9	117,0	114,1	109,0	114,7	118,3	113,5	121,0	121,8	157,2	116,7	132,8	116,0	119,2	116,5	113,2	110,3	112,1	113,4
Hipermercados e supermercados	118,0	117,3	114,2	109,3	114,9	118,6	113,8	121,4	122,3	158,7	117,2	134,2	116,7	119,6	117,1	113,4	110,7	112,4	113,6
Tecidos, vestuário e calçados	94,8	104,1	127,3	99,6	100,4	103,8	93,1	101,2	106,0	169,0	92,6	92,6	74,5	88,7	92,3	113,7	94,2	93,5	90,9
Móveis e eletrodomésticos	97,8	96,6	108,8	96,2	101,2	102,2	102,3	110,7	115,1	147,9	93,3	122,2	87,4	98,5	86,0	94,8	82,8	89,6	85,2
Móveis	87,0	86,9	96,2	83,3	92,3	88,9	94,0	103,8	102,8	134,3	78,6	103,6	78,6	83,2	73,2	77,8	68,6	73,7	70,0
Eletrodomésticos	107,1	105,0	119,6	107,1	109,1	113,6	109,8	117,2	125,8	160,0	105,7	137,8	95,1	111,3	96,9	109,0	94,6	102,8	97,8
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	140,9	138,4	142,9	132,9	143,4	145,1	138,2	151,2	142,1	156,1	142,9	141,0	136,2	151,4	138,8	141,7	140,6	146,6	146,8
Livros, jornais, revistas e papeleria	88,3	74,1	78,8	68,3	74,4	79,8	70,0	51,4	50,2	118,5	78,8	122,2	90,7	79,2	74,6	74,8	60,7	66,1	61,7
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	58,0	59,0	59,6	53,3	81,4	83,8	77,8	84,2	78,4	94,6	71,8	70,0	69,3	80,1	72,0	74,6	70,3	70,0	68,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	122,8	131,2	142,3	131,8	127,6	129,3	125,7	140,8	152,1	246,1	131,7	145,6	117,7	134,8	130,7	148,1	127,7	126,6	122,4
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	114,5	114,5	118,7	109,4	115,7	118,1	113,0	121,8	122,5	157,6	114,2	127,6	107,9	116,9	112,7	116,0	109,0	111,7	111,4

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 2003-2015

SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0) <sup>(1)</sup>	ÍNDICE (base: média de 2012 = 100)															
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Jan./14	Fev./14	Mar./14	Abr./14
Indústria de transformação	66,8	74,0	77,0	74,0	80,3	88,3	81,0	95,2	105,9	100,0	103,2	97,3	91,4	94,6	95,4	92,8
Produtos alimentícios	87,5	91,7	88,6	93,7	97,0	94,3	90,1	97,6	98,0	100,0	102,4	96,2	78,0	81,3	87,7	93,6
Bebidas	64,4	67,5	72,3	82,7	82,0	83,3	86,1	95,8	96,6	100,0	99,7	104,5	101,4	96,8	113,6	101,9
Produtos de madeira	112,0	130,7	114,7	100,1	94,7	93,2	72,1	79,3	86,3	100,0	117,3	120,9	120,1	116,8	126,4	103,3
Celulose, papel e produtos de papel	71,9	75,1	80,9	82,4	81,9	95,6	94,8	100,0	101,1	100,0	98,8	100,5	94,6	83,7	101,0	94,3
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	94,1	82,9	90,9	91,9	88,6	95,0	94,6	86,6	97,1	100,0	97,0	100,7	91,8	90,0	101,2	97,4
Outros produtos químicos	171,3	153,4	124,1	120,8	134,1	104,9	126,4	108,7	111,3	100,0	102,0	101,5	97,1	97,8	78,1	87,4
Produtos de borracha e de material plástico	...	...	...	...	...	...	...	...	...	100,0	109,6	106,5	107,5	104,2	109,4	109,4
Minerais não metálicos	74,8	70,4	72,8	69,3	73,2	92,7	94,9	99,9	103,1	100,0	110,5	110,5	108,8	113,9	118,9	106,1
Produtos de metal - exc. máquinas e equip.	73,4	77,6	75,6	76,3	80,3	85,1	73,7	89,7	98,8	100,0	105,8	96,2	97,3	93,1	93,0	90,4
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	60,3	63,8	69,0	70,1	77,6	79,5	80,5	85,4	89,9	100,0	104,1	106,3	95,0	105,0	104,0	103,9
Máquinas e equipamentos	70,5	88,2	74,6	73,2	94,2	103,6	84,6	114,0	107,0	100,0	112,1	98,1	115,6	104,3	96,2	80,4
Veículos automotores, reboques e carrocerias	34,2	51,5	62,4	49,6	64,7	80,1	58,3	91,8	119,3	100,0	103,8	82,4	82,1	103,2	85,9	83,1
Móveis	83,2	85,2	80,9	82,5	93,2	85,6	77,8	99,6	94,2	100,0	101,4	94,0	87,8	94,7	89,0	87,9

SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0) <sup>(1)</sup>	ÍNDICE (base: média de 2012 = 100)																
	Maio/14	Jun./14	Jul./14	Ago./14	Set./14	Out./14	Nov./14	Dez./14	2015	Jan./15	Fev./15	Mar./15	Abr./15	Maio/15	Jun./15	Jul./15	Ago./15
Indústria de transformação	102,3	87,5	104,5	105,7	101,0	107,1	98,7	86,8	89,5	81,3	80,8	90,9	90,9	92,6	93,4	92,7	93,6
Produtos alimentícios	104,0	95,2	107,1	113,4	103,4	113,9	96,0	80,5	94,9	73,6	72,8	89,9	97,9	103,2	108,8	101,2	111,7
Bebidas	92,4	78,4	99,0	95,5	107,0	115,5	115,9	136,5	99,7	123,6	105,1	116,4	94,6	88,3	86,8	89,8	93,1
Produtos de madeira	112,1	116,4	123,4	130,2	126,9	131,1	126,1	117,8	120,0	118,5	110,1	121,3	118,8	123,2	122,7	116,0	129,3
Celulose, papel e produtos de papel	87,6	95,2	98,8	99,8	106,1	113,9	112,4	118,6	103,9	103,0	89,9	106,5	100,5	101,9	107,2	106,8	115,2
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	111,2	102,9	107,9	109,7	104,0	106,5	99,6	86,3	93,4	74,9	82,5	96,1	96,0	103,7	103,7	96,7	93,3
Outros produtos químicos	107,9	101,1	111,7	120,4	104,8	111,0	99,8	101,3	100,8	109,0	88,5	85,7	92,2	106,8	105,2	116,2	102,9
Produtos de borracha e de material plástico	110,2	87,8	102,9	106,6	113,2	119,8	117,1	89,5	99,9	99,1	93,4	104,7	96,2	105,6	103,2	97,6	99,4
Minerais não metálicos	119,1	107,6	118,6	114,3	107,8	107,0	104,9	98,9	92,3	90,4	84,1	102,0	91,7	98,7	90,1	84,8	96,9
Produtos de metal - exc. máquinas e equip.	94,1	87,8	102,3	103,9	102,7	104,3	99,9	85,9	88,4	85,0	84,3	94,5	90,2	92,5	85,2	87,7	87,6
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	105,4	70,7	102,8	110,2	114,9	126,6	127,2	109,4	98,1	106,1	110,4	116,3	94,6	97,6	80,3	86,1	93,4
Máquinas e equipamentos	100,6	77,6	110,6	106,3	89,3	119,2	103,6	73,3	95,3	97,7	101,6	107,5	101,4	93,2	77,5	92,7	90,6
Veículos automotores, reboques e carrocerias	91,7	55,5	92,4	85,4	85,1	81,2	76,3	66,3	60,6	54,1	60,0	58,4	63,2	53,8	64,2	70,6	60,2
Móveis	93,1	76,4	92,8	95,8	99,5	108,8	108,9	92,9	78,6	89,0	76,3	91,5	84,4	78,4	69,6	69,9	69,7

FONTES: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - RENDIMENTO HABITUAL REAL E TAXA DE DESOCUPAÇÃO NO PARANÁ - 2012-2015

TRIMESTRE	RENDIMENTO HABITUAL REAL <sup>(1)</sup>	TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%)
Janeiro-março 2012	1 929,59	5,6
Abril-junho 2012	1 882,70	5,3
Julho-setembro 2012	1 944,34	4,6
Outubro-dezembro 2012	1 903,88	4,3
Janeiro-março 2013	1 959,57	4,9
Abril-junho 2013	1 953,87	4,5
Julho-setembro 2013	1 997,67	4,2
Outubro-dezembro 2013	1 992,40	3,7
Janeiro-março 2014	2 024,75	4,1
Abril-junho 2014	1 998,51	4,1
Julho-setembro 2014	2 010,91	4,1
Outubro-dezembro 2014	2 067,87	3,7
Janeiro-março 2015	2 061,96	5,3
Abril-junho 2015	2 013,90	6,2

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

(1) Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas. Em R\$ de fevereiro de 2015.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL - PARANÁ<sup>(1)</sup> - 1995-2015

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/ Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
2011	26 065	10 656	33 269	53 433	493	-	123 916
2012	14 861	5 940	28 922	37 520	1 896	-	89 139
2013	15 600	3 111	28 135	41 308	2 195	-	90 349
2014	- 8 188	3 219	13 507	32 636	- 162	-	41 012
Jan.-Set. 2015	- 18 210	- 3 878	- 9 860	12 207	5 335	-	- 14 406

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO - PARANÁ - 2002-2014

ANO	PARANÁ <sup>(1)</sup>	
	Valor (R\$ milhão) <sup>(2)</sup>	Variação Real (%)
2002	88 407	1,98
2003	109 459	4,47
2004	122 434	5,02
2005	126 677	-0,01
2006	136 615	2,01
2007	161 582	6,74
2008	179 263	4,28
2009	189 992	-1,32
2010	217 290	10,01
2011	239 366	5,67
2012	255 927	1,26
2013 <sup>(3)</sup>	287 966	4,61
2014 <sup>(3)</sup>	308 986	0,80

FONTES: IPARDES, IBGE

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IPARDES para o Paraná.

